

APROVADO

DATA 25/05/25

POR 5 VOTOS A 0

Ata da 12ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Pilões do 1º período legislativo, realizada no dia 15 de maio de 2025, às 19:00 horas na sala de sessões da Câmara Municipal de Pilões, situada a Praça João Pessoa, 140 - centro. Sob presidência provisória do vereador Marcondes Honorato da Silva, e com a presença de todos os vereadores conforme o livro de presença. Verificando o número legal, o senhor presidente declarou aberta a sessão. Sendo dispensada a leitura da ata da sessão anterior, o senhor presidente colocou em votação, que foi aprovada por unanimidade dos vereadores presentes. Em seguida, o senhor presidente fez a leitura da matéria de expediente, a Casa recebeu os requerimentos nº 083/2025 de autoria do vereador João Filho, requerimento nº 084/2025 de autoria da vereadora Silvana Maria. Ato contínuo, o senhor presidente facultou a palavra ao vereador Diogo Costa, que fez o uso da mesma parabenizando o vereador Marcondes Honorato por assumir a presidência, saudando a todos e deu início ao seu pronunciamento: "O papel do vereador, que eu acho que trabalha pouco, uma vez por semana e ainda quando chega no dia de prestar contas com a população, ou querem boicotar ou não querem representar o povo. Eu afirmo, desde o início que assumi aqui, que meu salário quem paga é vocês. Pode ter certeza, cidadãos pilonenses, que honrarei, mas honrarei mesmo. Mas uma coisa que me chama atenção, porque tramita nesta casa relevantes pra população. Aí o vereador pede vista, vai pedir vista porque não conhece o projeto. O relator do projeto é o vereador que pediu vista, ele disse que não conhecia o projeto. Me diga aí, se isso é compromisso com o povo. Me diga! Eu não to inventando não vocês viram aqui. Eu não falo besteira não, eu falo com provas, senhor presidente. Mas dizer que eu venho e devo ao povo, no cenário atual de nossa cidade, eu gosto de sentir a dor, quando o povo tá sofrendo eu gosto de sentir a dor pra mim saber o que tá acontecendo. Aqui, hoje São Francisco, eu não poderia deixar de falar, que a secretária, o secretário de educação resolva as situações. Não dê duas justificativas, ao seu funcionário o senhor dá uma, ao povo o senhor dá outra, e acontece o que aconteceu lá em São Francisco hoje. Seja leal, que o senhor assume um cargo público pago pelo povo. E eu lhe falei aqui na sessão passada, senhor presidente, que se quisesse ir na politicagem eu ia junto. Se quiser perseguir, me persigam, venham que eu tô preparado. Mas não persiga o povo não. Tenha autonomia, pelo menos, de falar a verdade. É indiscutível, senhor presidente. O Estatuto da Criança e do Adolescente, e aqui eu quero mandar os parabéns ao Conselho Tutelar da Cidade, que dá direitos à criança e ao adolescente, que dá direito à mãe. Eu falei aqui, Doura, que lá em Avasiado tinha uma gestante que quando proibiram de andar nos ônibus, ela ficou sem seu pré-natal. O Estatuto da Criança e do Adolescente garante, ele garante. É lei dá assistência a ela. Não é a ela não, é duas vidas, gente. Tá lá a mãe sem o pré-natal. Eu vou garantir, eu vou lá, eu vou garantir os direitos dela, dela ter assistência. Porque o pré-natal é fundamental em uma gravidez. Quero orientar também, que vai ter eleição para o conselho tutelar, e eu estou bem de olho no edital. É só o que eu digo, vamos ser leal, vamos dar igualdade a todo mundo. Tá na Constituição, todo mundo é igual

APROVADO

DATA 21/05/25

POR 5 VOTOS A 0

perante a lei, sem distinção. É um edital para ser uma eleição? É, mas que seja de igual, não seja desleal não. Eu vou garantir também que a eleição seja de igual. Senhor presidente, fiquei feliz, porque na última sessão eu falei do início da obra do portal e se deu início. Quando tiver de agradecer, eu irei agradecer. Porque, "ah o vereador Diogo só faz barulho" "ah o vereador só faz criticar" mas tá servindo o barulho, o barulho tá servindo. O que eu falo aqui e o que eu faço barulho tá servindo. Falei do portal, começou. Já era pra ter terminado, mas começou. Falei de outras coisas aqui que tomei conhecimento, que começaram também. Então tá servindo o barulho, e vai ser desse jeito, aqui não tem arregapé não, senhor presidente. Fiquei feliz também, minha vereadora Nôemia, pela sua cobrança semana passada por remédios, e uma parte chegou. Então, gente, oposição é isso, se a gente não falar, não cobrar aqui, não chega. O prejudicado lá é o povo. Se não chegar, o prejudicado lá é o povo. Porque quando todo mundo se cala, tá todo mundo perdendo. E eu não tenho benefício em prefeitura não, não tenho cargo não, eu não tenho emprego não. Meu emprego, quem me deu foi o povo e a ele eu devo, honrarei. Não vim pra brincar não, eu tô vendo tudo." O vereador Diogo Costa expressou votos de solidariedade ao colaborador Ruan Pablo e sua família, desejando forças para enfrentarem o momento difícil pelo qual estão passando. Na ocasião, também destacou as qualidades do jovem, elogiando sua dedicação e comprometimento. Encerrou seu pronunciamento satisfeito e feliz pela gratidão demonstrada pelo povo pilonense. Ato contínuo, o senhor Presidente procedeu com a leitura da resposta ao Ofício nº 028/2025, encaminhado por esta Câmara Municipal ao Secretário de Ação Social, senhor Antonio Matheus da Silva. Ato contínuo, o senhor presidente facultou a palavra ao vereador Diogenes Costa, o vereador em seu pronunciamento comentou sobre o projeto de sua autoria que se encontra em tramitação nesta Casa Legislativa. Destacou a importância de atender ao interesse coletivo não a interesses individuais. Solicitou ao senhor presidente e aos demais vereadores que seja concedida a palavra na tribuna ao ex-vereador e atual diretor de Agricultura. Ato contínuo, o senhor presidente facultou a palavra ao vereador João Filho, que iniciou seu pronunciamento saudando a todos e parabenizando o vereador Marcondes Honorato por assumir a presidência. O vereador João Filho iniciou seu pronunciamento relatando que, embora tenha concluído seus estudos há muitos anos, sente-se, por vezes, como se estivesse na pré-escola, em razão do comportamento de alguns colegas parlamentares. Em seguida, falou sobre seu requerimento, ainda pendente de votação, no qual solicita da Prefeitura a disponibilização de transporte para os trabalhadores que se deslocam diariamente para o município de Guarabira. O vereador também comentou sobre as visitas que tem realizado a diversos bairros da cidade, ouvindo demandas da população. Por fim, anunciou a intenção de prestar uma homenagem, por meio de projeto, nomeando o escadão do Conjunto Rua Nova como "Escadão Dona Deda", em memória de uma moradora histórica daquela localidade, reconhecida por sua importância e contribuição à comunidade. Ato contínuo, Ato contínuo, o senhor presidente passa a presidência ao vereador Ariosmar Candido.

APROVADO

DATA 21/07/23

POR 5 VOTOS A 0

O senhor presidente Ariosmar Candido facultou a palavra ao vereador Marcondes Honorato, que iniciou seu saudando a todos, compartilhou também da sua felicidade em assumir a presidência da Câmara e, em seguida, deu início ao seu pronunciamento: "Quero aqui dar uma informação ainda sobre o tema caronas. Isso que vem batendo em várias sessões, o tema carona. Tivemos ontem secretário, prefeita, secretário de transporte, uma audiência com a promotora. E também uma recomendação escrita da promotora para gestão municipal e secretaria de educação. Não está sendo fácil tomar as providências necessárias para ver essa questão de carona. Hoje eu vi nas redes sociais uma postagem, onde se espalhou por grupo de WhatsApp, Instagram e tudo, em relativo à carona. Ou pelo menos a mãe acompanhar o seu filho. Já foi determinado pela secretaria de educação que os alunos de pré escola terão seu acompanhamento das mães. Os alunos que apresentam alguma especialidade terão o acompanhamento das mães. Aqueles alunos que fazem Fundamental 1, Fundamental 2, não estão autorizados para vir as mães acompanhando. E por que eu falei no Ministério Público? Eu tenho aqui no WhatsApp, que eu peguei hoje, durante uma visita à secretaria, na qual eu trabalho, mas mesmo assim eu visitei hoje como vereador, e tenho no WhatsApp aqui a recomendação da promotora do Ministério Público, recomendando que caronas ou qualquer tipo de acompanhamento, sem ser o aluno, está vetado. E também pedindo 10 dias para a secretaria e a prefeitura apresentar as providências tomadas em relação a isso. Então, quando se é passado para a população as coisas falando, é muito difícil quando tem um Ministério Público também em jogo. A gente atende a população ou o Ministério Público?" O vereador Marcondes cede parte do seu tempo para o vereador João Filho, o mesmo agradeceu a intervenção do colega em sua fala e comentou sobre a dificuldade em lidar com a questão das caronas no transporte escolar, ressaltando que tal prática já é proibida desde a criação do programa de transporte escolar pelo Ministério da Educação (MEC). Parabenizou a gestão municipal pelas providências que vêm sendo tomadas diante da situação e reafirmou sua confiança nas informações apresentadas pelo colega vereador, destacando que a Prefeitura está diretamente envolvida na condução do problema. O vereador João Filho ainda mencionou que a gestão enfrenta muitas denúncias por parte da população, o que muitas vezes inviabiliza ações voltadas ao bem coletivo. Encerrou reafirmando seu reconhecimento ao trabalho da atual administração. O vereador Marcondes retomou a fala dando continuidade ao tema do transporte escolar, o vereador afirmou que é difícil conciliar as determinações do Ministério Público com os anseios da população. Ressaltou que também gostaria de atender às demandas da comunidade, como a concessão de caronas e o acompanhamento dos alunos pelos pais, mas que, diante do recente episódio e da atuação mais rigorosa do Ministério Público, a situação se tornou mais delicada. Pontuou que anteriormente havia maior liberdade na fiscalização, mas que, após os acontecimentos, o controle foi intensificado. Criticou ainda as denúncias anônimas e aquelas feitas por meio de redes sociais, sugerindo que o mais adequado seria procurar diretamente os órgãos competentes, como a Secretaria de Educação, o setor de Transportes ou a própria Prefeita, para discutir o assunto de forma

APROVADO

DATA 21/05/25

POR 5 VOTOS A 0

responsável. Ato contínuo, o senhor presidente facultou a palavra a vereadora Silvana, que iniciou seu pronunciamento saudando a todos, a vereadora usou a palavra visivelmente emocionada, relatando que, após sair de um hospital, sentia-se comovida diante das lutas pessoais que tem enfrentado, especialmente relacionadas à saúde de seu pai. Agradeceu o apoio recebido e afirmou que se mantém firme por sua fé em Deus. Explicou que chegou atrasada à sessão por estar acompanhando familiares, e que, para ela, o povo de Pilões também é sua família. Comentou que, embora não pretendesse se pronunciar, decidiu falar após um colega mencionar a denúncia envolvendo seu pai, buscando esclarecer fatos. Relatou ter sido abordada por pessoas próximas com questionamentos sobre uma possível ajuda da Prefeitura na cirurgia de seu pai e pediu que, havendo dúvidas, sejam dirigidas a ela pessoalmente, sem uso indevido de seu nome em redes sociais. Classificou a situação como triste, reforçou que entrega tudo nas mãos de Deus. Por fim agradeceu a secretária de saúde Yasmin pelas ultrassons que disponibilizou ao povo. E a prefeita pelo trabalho que vem desempenhando no município. O vereador Diogenes presta suas condolências à vereadora Silvana, fala sobre entender a revolta da mesma por já ter passado por situação semelhante. Ato contínuo, o senhor presidente facultou a palavra a vereadora Doura Cadete, que iniciou saudando a todos presentes e seguiu com seu pronunciamento: "Já que o assunto terminou aqui com a amiga Silvana, eu queria perguntar aqui, é proibido alguém com tratamento de câncer ter uma cirurgia paga pela prefeitura? É proibido ter um medicamento pago pela prefeitura? É proibido que a prefeitura dê um transporte para que essa pessoa tenha um tratamento? É proibido? Não, não é! E nem eu sou contra a isso, pelo contrário, sou muito a favor. Desde que todas as pessoas tenham o mesmo tratamento que essa pessoa." A vereadora Silvana solicita uma parte do tempo da vereadora Doura para esclarecer que a cirurgia de seu pai foi custeada por recursos próprios da família. Destaca, no entanto, que a Prefeitura colaborou com a realização de alguns exames necessários para o procedimento. A vereadora Doura declara que, se não é proibido, não há problema em se realizar uma consulta paga com recursos próprios, como foi o caso citado. Ressalta que, se não há impedimento, também não há problema em a prefeitura arcar com a medicação ou fornecer transporte. Dirigindo-se à vereadora Silvana, afirma que não há motivo para tanta angústia, pois 'quem não deve, não teme'. Reforça que é um direito do cidadão ter seu tratamento custeado pela Prefeitura, independentemente da situação, e que esse direito deve ser estendido a todos os que precisam, pois apenas quem enfrenta a doença sabe a dor que ela causa. Enfatiza que o câncer é uma doença devastadora, com um tratamento doloroso e que exige atenção especial dos gestores públicos. Por fim, afirma não compreender o motivo da denúncia feita, mas reafirma que 'quem não deve, não teme', encerrando com sua opinião sobre o assunto que vem sendo debatido nas sessões de quarta-feira. Em seguida, a vereadora manifestou sua opinião a respeito de outro tema amplamente debatido nas sessões. A vereadora Doura retomou o tema relacionado às mães de alunos, apontando que tem recebido diversas denúncias a respeito. Reconheceu que, conforme as normas, as mães não podem acompanhar

APROVADO

DATA 25/05/25

POR 5 VOTOS A 0

os filhos nos ônibus escolares e que o transporte é exclusivo para os estudantes, não sendo permitido o uso como carona. No entanto, questionou a rigidez na aplicação da regra, destacando que nunca houve problemas anteriores com casos excepcionais, como o de uma mãe que precisava ir ao trabalho. Relatou o recebimento de um vídeo em que uma mãe chorava por ter sido impedida de acompanhar o filho, mesmo após outras mães de São Francisco terem sido autorizadas a fazê-lo. Segundo o relato, o ônibus não partiu enquanto essa mãe não descesse do veículo, o que, segundo a vereadora, levanta questionamentos sobre a equidade no tratamento. Afirmou ainda que, embora seja informado que há monitores nos ônibus para cuidar dos alunos, também recebeu vídeos mostrando estudantes chegando sozinhos ao destino, sem acompanhamento. Finalizou seu pronunciamento desejando os pêsames à família do senhor Assis da comunidade de Avaziado. E agradecendo a gestão por ter atendido seus pedidos. Ato contínuo, o senhor presidente facultou a palavra à vereadora Noêmia, que iniciou pronunciamento saudando a todos presentes. A vereadora ressaltou a importância de ouvir e considerar todas as vozes no debate. Dirigiu-se à vereadora Silvana com afeto, afirmando que a considera como uma filha e que conhece bem sua família, incluindo seu pai, a quem considera um grande amigo. Destacou que é necessário levar em conta todas as informações e manter o tema em mente. Relatou ter ouvido comentários de colegas a respeito da ex-prefeita Socorro Brilhante, a quem respeita, e sobre cirurgias particulares realizadas por ela. Mencionou que, embora parente seu tenha passado por situação semelhante, todos sabem que existem recursos destinados a esse fim, especialmente verbas sociais. Reconheceu que o SUS atualmente não oferece cobertura adequada, mas afirmou que, certamente, nenhum recurso foi retirado da conta pessoal de nenhum pilonense. A vereadora também registrou que solicitou a presença de um médico para atender a um caso específico relacionado à saúde de seu neto. Ato contínuo, o senhor presidente facultou a palavra ao ex-vereador e diretor de agricultura Williams Colaço, em seguida, o diretor dá início a sua manifestação: "O convite que me foi feito é por uma causa importante para o nosso município. Vou falar sobre o selo SIM, um projeto de lei que foi enviado a esta casa pela senhora prefeita Soraya Sales. E de maneira muito simples, muito objetiva, nós vamos tentar conversar sobre isso. E o que é o selo SIM? O selo SIM, ele certifica aquelas pessoas que queiram ser certificados para que possam colocar o seu produto no mercado. Seja no mercado público ou na merenda escolar, no PNAD, no PAA. Então, ele vem facilitar e vem abrir as portas para aquelas pessoas que querem comercializar seu produto de maneira legal. Aquelas pessoas que têm uma pequena fábrica de leite, de queijo, de iogurte, uma fabricazinha de bolo no seu quintal de casa, a sua polpa de fruta que queiram colocar para a merenda escolar, tem que ser certificada, não tem outro jeito. Então, a prefeita entendeu que isso é uma oportunidade, vai abrir as portas aos pequenos comércios, às pequenas indústrias do nosso município, que assim, porventura, aconteça, de poder comercializar legalmente seus produtos, sem sofrer as punições legais. Porque eu vi aqui algumas, e eu quero entender, que foi a dúvida de alguns vereadores, que a administração estava querendo perseguir,

APROVADO

DATA 21/05/25

POR 5 VOTOS A 0

penalizar, fiscalizar os nossos comerciantes. Jamais. O interesse não é esse, porque já existem as pessoas que fiscalizam isso, e o selo SIM vem ao contrário, ele vem abraçar a ideia de dar a possibilidade às pessoas de comercializar seu produto de maneira legal. Apenas isso. Eu entendo e acho que as pessoas quando falam, por ter dúvida de algumas coisas, e aqui eu quero, pelo pouco tempo que tenho, abrir espaço se essas dúvidas prevalecerem diante dos senhores e senhoras vereadores." O vereador Diogo Costa questionou o impacto financeiro que a aprovação do projeto poderá causar aos comerciantes, bem como indagou sobre qual imposto será aplicado em decorrência da proposta. Em resposta ao questionamento do vereador Diogo Costa, o diretor de agricultura esclareceu que o projeto não prevê a cobrança de qualquer imposto e que não haverá custos ou penalidades para os comerciantes já atuantes. A certificação será opcional e voltada apenas àqueles que desejarem formalizar a produção de alimentos processados, como queijos, polpas de frutas ou ovos caipiras, atendendo às exigências da Vigilância Sanitária. Técnicos municipais prestarão orientações sobre adequações mínimas necessárias para obtenção do selo. O vereador Diogenes Costa questionou o diretor responsável se o comerciante conhecido como Cissão, que atua na venda de carne, será penalizado com a implementação do referido projeto. O representante do Executivo assegurou aos vereadores que nenhum comerciante será penalizado com a aprovação do projeto em pauta. Afirmou que os parlamentares, ao aprovarem a proposta, estarão contribuindo significativamente para o desenvolvimento do município, e que a não aprovação representaria um desserviço à comunidade. Reforçou que não há intenção por parte da gestão municipal de apresentar projetos que prejudiquem os cidadãos, mas sim de promover melhores condições de vida e oportunidades para a população. O senhor presidente relatou visita ao município de Gurinhém, onde conversou com a presidente da IPAE local, que compartilhou experiências relacionadas à implantação de projeto semelhante ao que está em pauta. Informou que diversos municípios, como Gurinhém e Algodão de Jandaíra, já adotaram a iniciativa, que tem possibilitado o fornecimento de até 70% da merenda escolar por meio da agricultura local, com recursos provenientes de programas federais. Destacou que o projeto beneficia pequenos agricultores e comerciantes que desejam fornecer seus produtos, como carnes, ovos e frangos, para instituições como a OpenAI (responsável pelo programa de alimentação escolar), que exigem certificação sanitária. Reforçou que o projeto não impede a comercialização tradicional nos mercados e ruas, sendo a adesão ao selo opcional e voltada àqueles que pretendem formalizar e ampliar sua atuação. Concluiu manifestando apoio à proposta, considerando-a benéfica e relevante para o fortalecimento da agricultura e do comércio local. O diretor de agricultura prosseguiu seu pronunciamento: "Eu quero dizer aos senhores que nós estamos atrasados com isso. A maioria das cidades, se tem Guarabira ou se tem cidades pequenas, estão há muito tempo com esses selos implantados no seu município. E as pessoas já estão começando a vender para o OpenAI, as pessoas já estão começando a vender para o mercado. E além disso, estão formando um consórcio do selo, um consórcio. Você vê como é





APROVADO

DATA 21/05/25

POR 5 VOTOS A 0

importante isso. Além das cidades que têm o selo, já estão formalizando um consórcio para que a cidade que tem o selo, e Pilões não pode participar desse consórcio, porque ainda não tem o selo, através do consórcio vão poder vender para o Estado. Então, aquelas pessoas que vão, através do selo SIM, vender para o município, através do consórcio, e vamos, depois de aprovar o selo, se Deus quiser, nós vamos estar atrás também, fazer parte desse consórcio, para que todos os produtores, a agricultura familiar, as pessoas que estão lá nas comunidades rurais, possam vender para o Estado. Então, são esses benefícios, né? A geração de emprego e renda, oportunidade do pequeno agricultor, e eu digo isso para o pequeno agricultor, porque eu faço parte da Secretaria da Agricultura, é dar oportunidade a eles, vereadora Doura, para que eles possam comercializar seus produtos. É esse o carinho que a gente deve ter, essa atenção. Não façam isso, de vetar esse projeto, tá certo? Eu assumo a responsabilidade aqui, como Departamento da Agricultura, dizendo a todos os pilonenses, esse projeto vai trazer, vereadora Diogo, benefícios para a nossa população, não traz malefícios. Não façam isso. Vocês estão aqui apresentando o povo e o povo está esperando que esse selo seja aprovado." O diretor de agricultura finalizou sua manifestação expondo uma mensagem de uma cidadã interessada na aprovação do projeto. O senhor presidente agradeceu a presença e os esclarecimentos do diretor de agricultura. Ato contínuo, o vereador João Filho solicita que o corte de terra seja feito pelo departamento de agricultura. O senhor presidente proclamou a ordem do dia, os requerimentos nº 071,080,081,082/2025 de autoria do vereador Ariosmar Candido, requerimento nº 072/2025 de autoria da vereadora Noêmia Pereira, requerimentos nº 073,074,075,076,077,078/2025 de autoria da vereadora Doura Cadete, requerimento nº 075,076/2025 de autoria do vereador João Filho, e os projetos de lei nº 003,004,005/2025 foram aprovados por unanimidade. O senhor presidente agradeceu a Deus e a todos presentes e deu por encerrada a sessão, da qual foi lavrada presente Ata que vai assinada pelo autor Augusto Cezar Alvez e pelo senhor presidente Anderson Rodrigues Souza e Silva.

Redator:

Presidente: